



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL

NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em virtude de terem sido difundidas notícias inexactas sobre o assunto, a Procuradoria-Geral da República esclarece o seguinte:

1. O *Sport Lisboa e Benfica* intentou no Tribunal Cível da Comarca de Lisboa uma acção declarativa, com processo ordinário, contra *Olivedesportos - Sociedade Comercial de Organização de Actividades Desportivas e Publicidade, S. A.*.

2. Segundo um requerimento produzido naquela acção pelo *Sport Lisboa e Benfica*, a *Olivedesportos* estaria abrangida por causas de extinção previstas no Código Civil e no Código das Sociedades Comerciais, uma vez que: o fim real prosseguido não coincidiria com o fim expresso no acto constitutivo e nos estatutos; o seu fim seria sistematicamente prosseguido por meios ilícitos; e exerceria de facto uma actividade não compreendida no respectivo objecto contratual.

3. As circunstâncias apontadas pelo *Sport Lisboa e Benfica* constituiriam fundamento legal de declaração judicial de extinção de pessoas colectivas e, pois, da sociedade comercial *Olivedesportos*, competindo ao Ministério Público, nos termos da lei, propor a acção correspondente.

Daí que, tendo o Tribunal transmitido à Procuradoria da República junto dos Juízos Cíveis de Lisboa certidão do articulado da petição inicial apresentada pelo *Sport Lisboa e Benfica*, bem como dos documentos que a acompanharam, o Ministério Público organizasse um processo administrativo para averiguação da ocorrência ou não de qualquer dos fundamentos de declaração judicial de extinção da *Olivedesportos* invocados pelo *Sport Lisboa e Benfica*.

4. Concluída essa averiguação, que passou pela análise dos contratos celebrados entre o *Sport Lisboa e Benfica* e a *Olivedesportos* e, complementarmente, dos celebrados entre esta última e a Radiotevisão Portuguesa, no estritamente indispensável ao fim em vista, o Ministério Público considerou não se mostrarem verificados os requisitos susceptíveis de lhe conferirem legitimidade para requerer a declaração judicial de extinção da *Olivedesportos - Sociedade Comercial de Organização de Actividades Desportivas e Publicidade, S. A.*, inexistindo, assim, fundamento para a propositura da respectiva acção.

5. Em consequência e no exercício de uma competência própria estabelecida por lei, o Ministério Público junto daquele Tribunal, por despacho de 02 de Fevereiro de 1998, determinou o arquivamento do processo administrativo e a comunicação da decisão ao *Sport Lisboa e Benfica* e à *Olivedesportos*, aos quais foi remetida cópia do referido despacho.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 1998.

O CHEFE DO GABINETE

Ernesto Maciel